



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Enfermagem

Nome do Candidato

Caderno de Prova '08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: pib.socioambiental.org. Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em

- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:

- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será

- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente

- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão "política indigenista" foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.

A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.

A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.

A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.

A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.

Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.

Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.

Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. "Justiça e direitos: a construção da igualdade". In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos deixariam de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e converte-se em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se materializarem...</i></p> <p>(E) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) dependem, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social...</i> (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que...</i> (integra-se)</p> <p>(C) <i>...e o direito à resistência.</i> (resistir)</p> <p>(D) <i>...e do acesso à justiça...</i> (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, volto à deusa Têmis...</i> (evoco)</p>	<p>16. Identifica-se ideia de comparação no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> <i>...questionar a desigualdade entre os indivíduos...</i> <i>...um símbolo atravessou os séculos...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina...</i> (1º parágrafo)</p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade...</i> (7º parágrafo)</p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> (8º parágrafo)</p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade.</i> (8º parágrafo)</p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo...</i> (3º parágrafo)</p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que
- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;">Resolução nº 006/2003 – TJAP</p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. De acordo com a Resolução COFEN nº 172/1994, as Comissões de Ética de Enfermagem, como órgãos representativos dos Conselhos Regionais junto às instituições de saúde, em relação ao exercício profissional e ético dos profissionais de enfermagem, exercem as funções
- (A) educativas, consultivas e fiscalizadoras.
 (B) educativas, assistencial e fiscalizadoras.
 (C) fiscalizadoras, julgadoras e punitivas.
 (D) consultivas, julgadoras e de auditoria.
 (E) administrativas, executoras e conciliadoras.
32. Sobre o desenvolvimento de atividades práticas e estágios curriculares supervisionados vinculados aos cursos de graduação e formação profissional de nível médio em enfermagem, realizadas por alunos em instituições de saúde, o Conselho Federal de Enfermagem determina que ao
- (A) profissional da área da saúde é opcional acompanhar e supervisionar as atividades práticas vinculadas aos cursos de graduação e de formação profissional de nível técnico em Enfermagem.
 (B) Enfermeiro do Serviço é compulsório participar da supervisão do Estágio Curricular Supervisionado simultaneamente com as atribuições de Enfermeiro de Unidade.
 (C) professor orientador da instituição de ensino compete o acompanhamento efetivo e exclusivo do Estágio Curricular Supervisionado, sem participação direta ou indireta do Enfermeiro do Serviço.
 (D) Enfermeiro do Serviço da parte concedente é vedado exercer simultaneamente as funções de Enfermeiro Supervisor e de Enfermeiro Docente da instituição de ensino no desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado.
 (E) Enfermeiro do Serviço compete acompanhar de forma efetiva e permanente o Estágio Curricular Supervisionado, em 30 a 40% da carga horária total do estágio.
33. O procedimento de Sondagem Vesical deve ser executado no contexto do Processo de Enfermagem, atendendo-se às determinações legais da profissão e aos princípios da Política Nacional de Segurança do Paciente, do Sistema Único de Saúde. Nesse contexto, cabe ao Técnico de Enfermagem a realização de atividades prescritas pelo Enfermeiro no planejamento da assistência, dentre elas a
- I. monitorização e registro das queixas do paciente e das condições do sistema de drenagem.
 II. manutenção do fluxo de urina ascendente e desobstruído, exceto para os casos pontuais de coleta de urina para análise.
 III. manutenção de técnica limpa durante o manuseio do sistema de drenagem.
 IV. monitorização e registro do débito urinário, ingestão e eliminação de líquidos.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
 (B) I, III e IV.
 (C) III e IV.
 (D) I e II.
 (E) II e III.
34. A Resolução COFEN nº 358/2009 dispõe que o Processo de Enfermagem realizado em instituições prestadoras de serviços ambulatoriais de saúde, domicílios, escolas e associações comunitárias, é usualmente denominado como
- (A) planejamento de enfermagem.
 (B) acolhimento de enfermagem.
 (C) consulta de enfermagem.
 (D) coleta de dados.
 (E) triagem de enfermagem.
35. Ao aplicar a fórmula “número de medicamentos administrados com erro de omissão/número total de medicamentos administrados x 100”, o enfermeiro deve considerar o item “medicamentos administrados com erro de omissão” como sendo medicamentos
- (A) não prescritos, mas que foram administrados.
 (B) prescritos, mas não administrados e que foram checados.
 (C) prescritos, mas administrados em paciente errado.
 (D) que sobraram devido ao não cumprimento integral da prescrição.
 (E) prescritos, mas administrados em dose inferior à prescrição e que não foram checados.
36. Para o planejamento da assistência ao paciente que sofreu o infarto agudo do miocárdio, o Enfermeiro deve conhecer as principais complicações mecânicas que inclui, dentre outras,
- (A) a manifestação da síndrome de Web-Loop.
 (B) a presença de hemorragia intracraniana pós-infarto.
 (C) o surgimento do duto arterial da artéria pulmonar para a aorta.
 (D) a insuficiência do sistema Holter.
 (E) o surgimento de refluxo mitral novo.
37. A hemorragia é a causa mais comum de choque em vítimas de trauma e o seu controle imediato pode salvar vidas. Em caso de sangramento importante em ambiente extra-hospitalar, o Enfermeiro deve realizar ações como
- (A) trocar as compressas umedecidas com antibiótico, quando estiverem encharcadas.
 (B) posicionar a vítima em decúbito lateral esquerdo elevado.
 (C) transportar a vítima em decúbito dorsal horizontal.
 (D) avaliar a coloração da pele, presença de eczemas e diurese.
 (E) realizar compressas com gelo nas extremidades e aquecer a região do tórax.



38. *No Estado do Amapá as causas externas representam a primeira causa de mortalidade, especialmente por acidentes de trânsito, ferimentos por armas brancas e de fogo, concentrando-se na faixa etária de 15 aos 49 anos.*
(Secretaria de Estado de Saúde do Amapá).
- Em relação às causas mencionadas, durante o atendimento, é importante considerar que
- (A) nos acidentes de trânsito, suspeita-se de traumas fechados abdominais quando se identifica no abdome a presença de distensão, hematomas, escoriações e dor à palpação.
- (B) em caso de ferimento penetrante com objeto encravado, os cuidados durante o atendimento pré-hospitalar devem estar direcionados em retirar o objeto fixado e realizar curativo oclusivo no local.
- (C) na evisceração, deve ser aplicada pomada com antibiótico tópico e mantida ocluída com compressas umedecidas com antissépticos, pois a proliferação bacteriana pode levar a uma septicemia.
- (D) ferimentos por armas de fogo são considerados de baixa energia e a lesão de entrada pode parecer pequena externamente e extensa internamente.
- (E) ferimentos por arma branca são considerados de média e de alta energia, pois pode percorrer uma trajetória maior, lesionando mais tecidos.
39. Na assistência a pacientes suspeitos de infecção pelo vírus ebola, de acordo com a Nota Técnica nº 02/2014 – GGES/ANVISA, o Enfermeiro deve saber que
- (A) os EPIs devem ser colocados antes da entrada no quarto de isolamento e devem ser removidos imediatamente após a saída do quarto.
- (B) as medidas de precaução a serem instituídas são as de padrão, contato e de incubação.
- (C) a transmissão do vírus ebola ocorre antes e após o aparecimento dos sintomas, e durante 4 a 7 dias após o desaparecimento do quadro clínico.
- (D) o quarto de isolamento deve acomodar, no máximo, dois pacientes e deve conter banheiro e porta fechada.
- (E) o vírus ebola pode ser facilmente eliminado por saneantes à base de álcool e cloro.
40. A higienização das mãos é reconhecida, mundialmente, como uma medida primária, mas muito importante no controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. De acordo com as boas práticas de higienização das mãos, quanto aos equipamentos e insumos necessários, os profissionais dos serviços de saúde devem considerar:
- I. A validade do sabonete ou antisséptico, quando fracionado e mantido fora da embalagem original, é de 24 meses.
- II. Quando a limpeza e a desinfecção do recipiente para sabão líquido tiver sido realizada em um período inferior a 7 dias, o conteúdo pode ser completado antes do término do produto.
- III. Para os sabões líquidos não utilizados em recipientes descartáveis, deve-se manter os registros dos responsáveis pela execução, data de manipulação, envase e validade da solução fracionada.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.
41. A aferição da pressão arterial é importante para o rastreamento e o diagnóstico da hipertensão arterial sistêmica. Uma das condições padronizadas pelo Ministério da Saúde que assegura a medida correta da pressão arterial é,
- (A) medi-la nos dois braços e considerar o valor mais baixo aferido como sendo o verdadeiro.
- (B) palpar o pulso braquial e inflar o manguito até 10 mmHg acima do valor em que o pulso deixar de ser sentido.
- (C) medi-la após 5 minutos de repouso.
- (D) evitar a aferição nas 4 horas precedentes ao uso de cigarros e à ingestão de bebidas com cafeína.
- (E) desinflar o manguito rapidamente entre 8 a 10 mmHg/seg.
42. É atribuição de Enfermeiro da Atenção Básica no controle da tuberculose,
- (A) diagnosticar triquíase tracomatosa, importante complicação da tuberculose extrapulmonar, por meio da identificação de sinais e sintomas, tais como, sensação de corpo estranho, prurido e discreta fotofobia.
- (B) dar alta aos pacientes por cura e retirá-los do registro de casos em curso de tratamento.
- (C) iniciar e acompanhar tratamento dos casos de tuberculose pulmonar com baciloscopias negativas e dos casos de tuberculose extrapulmonar quando o diagnóstico for confirmado após investigação em uma unidade de referência.
- (D) realizar consultas de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações, observadas as disposições legais da profissão e conforme os protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- (E) realizar atividades malacológicas de captura e identificação dos bacilos de Koch nos indivíduos sintomáticos respiratórios nos domicílios e na comunidade.
43. Considerando que o diagnóstico oportuno da infecção pelo HIV durante a gestação é fundamental para a redução da transmissão vertical, o Ministério da Saúde recomenda, em situações especiais, a realização do teste rápido, que poderá ser realizado por
- (A) enfermeiros e técnicos de enfermagem, pois trata-se de um procedimento de baixa complexidade.
- (B) técnicos e auxiliares de enfermagem sob supervisão do enfermeiro.
- (C) médico, privativamente, pois trata-se de um procedimento para detecção e diagnóstico.
- (D) técnico de laboratório com certificação expedida pela Secretaria de Saúde Regional.
- (E) enfermeiros devidamente capacitados para realização da metodologia.
44. A Portaria nº 399/GM/2006 – divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto. Para a implantação desse pacto, deve-se considerá-lo nas suas três dimensões:
- (A) Pacto pela Saúde do Trabalhador, Pacto pela Educação em Saúde e Pacto em Defesa do SUS.
- (B) Pacto pela Manutenção da Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto pela Gestão Participativa do SUS.
- (C) Pacto pela Promoção da Saúde, Pacto pela Vigilância em Saúde e Pacto pela Segurança do Paciente.
- (D) Pacto pela Promoção e Prevenção da Saúde, Pacto pela Saúde da Pessoa Idosa e Pacto pela Inclusão.
- (E) Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto de Gestão do SUS.



45. Em um determinado Município, localizado na Região Norte do país, com 150.000 habitantes, sendo 65.000 mulheres, 800 mulheres com idade acima de 60 anos foram internadas em um hospital devido à infecção respiratória. Das pacientes internadas, 200 pacientes evoluíram para óbito. Nesta situação hipotética, o coeficiente de letalidade por infecção respiratória em mulheres com mais de 60 anos de idade, neste Município, é de
- (A) 25%.
(B) 32,5%.
(C) 12,5%.
(D) 5%.
(E) 4%.
46. A Participação Social no Sistema Único de Saúde está assegurada na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas da Saúde (Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990), sendo considerada como um dos princípios
- (A) normativos.
(B) doutrinários.
(C) administrativos.
(D) sociais.
(E) controladores.
47. Os chamados Desafios Globais para a Segurança do Paciente, previstos na Aliança Mundial para a Segurança do Paciente, identificam ações que ajudam a evitar riscos aos pacientes e, ao mesmo tempo, norteiam os países que tenham interesse em implantá-los. O primeiro Desafio Global está focado na
- (A) ação “Enfrentando a resistência microbiana aos quimioterápicos”, que consiste na utilização da quimioprofilaxia nas cirurgias de alto risco.
(B) temática “Cirurgias Seguras Salvam Vidas”, que trata da correção dos danos cirúrgicos provocados pelos serviços cirúrgicos ambulatoriais.
(C) prevenção das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde – IRAS, apresentada como lema “Uma assistência limpa é uma assistência mais segura”, que envolve ações relacionadas à melhoria da higiene das mãos em serviços de saúde.
(D) criação do programa “Pacientes pela Segurança dos Pacientes”, que busca implantar, de forma gradativa, o cuidado comunitário.
(E) ação “Eliminando infecção da corrente sanguínea associada a cateter central”, que visa à redução de 60 a 90% das infecções de corrente sanguínea nos serviços de saúde do país.
48. Recentemente foi incluída uma nova vacina ao Calendário Nacional de Vacinação, destinada à crianças na faixa etária de 12 meses a 2 anos incompletos. A referida vacina é contra
- (A) hepatite A.
(B) ebola.
(C) rotavírus humano.
(D) febre maculosa.
(E) influenza A.
49. O Enfermeiro Responsável Técnico – RT pelo Serviço de Enfermagem de uma empresa/instituição deve estar ciente que
- (A) o prazo máximo para comunicar ao Conselho Federal de Enfermagem, quando do encerramento de suas atividades como RT na empresa/instituição, é de 72 horas, a contar de seu afastamento, para fins de cancelamento de sua ART, sob pena de responder a Processo Ético Administrativo.
(B) a Certidão de Responsabilidade Técnica tem a validade de 24 meses, devendo ser renovada após este período.
(C) a jornada de trabalho do RT não poderá ser inferior a 8 (oito) horas diárias, totalizando, no máximo, 40 (quarenta horas) semanais.
(D) o limite máximo estabelecido é de 03 (três) concessões de Anotação de Responsabilidade Técnica por Enfermeiro, desde que não haja coincidência de horário de suas atividades como RT nas empresas/instituições as quais esteja vinculado.
(E) a Certidão de Responsabilidade Técnica deve estar afixada nas dependências da empresa/instituição, em local visível ao público.
50. A busca focada no fortalecimento da ciência e da prática de enfermagem tem motivado o desenvolvimento de teorias de enfermagem, a fim de sistematizar a assistência prestada à população. O uso das teorias de enfermagem oferecem
- I. uma estrutura e organização ao conhecimento de enfermagem.
II. um meio aleatório de coletar dados para prescrever, explicar e prever a prática.
III. a promoção de uma prática racional, sistemática e direcionada por metas e resultados.
IV. um cuidado coordenado e fragmentado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) I e II.
(E) I e IV.
51. A fase de avaliação do treinamento acontece efetivamente quando todos os programas são criteriosamente planejados e programados de maneira que possibilitem a mensuração dos resultados obtidos. O enfermeiro, ao final de um treinamento realizado para sua equipe, utilizando a avaliação proposta por Donald L. Kirkpatrick, aplica a avaliação de nível 1, que tem como objetivo verificar se o treinamento atendeu às expectativas dos participantes. Este tipo de avaliação é chamada de Avaliação de
- (A) Reação.
(B) Aprendizagem.
(C) Efetividade.
(D) Resultado.
(E) Conhecimento.



52. Ao enfermeiro compete estabelecer o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem, com a utilização de parâmetros específicos que possibilitem os ajustes necessários para garantir a segurança e a qualidade da assistência ao cliente/paciente. Dentre os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Federal de Enfermagem, consta que
- (A) o cuidador de idoso deve representar, no máximo, 5% do quantitativo de enfermagem, por executar atividades elementares de enfermagem não ligadas à assistência direta ao paciente, conforme disposto na Resolução COFEN nº 186/1995.
 - (B) para o cliente crônico com idade superior a 60 anos, sem acompanhante, e classificado pelo Sistema de Classificação do Paciente com demanda de assistência intermediária ou semi-intensiva, deverá ser acrescido 10% ao número total de profissionais estabelecido no Índice de Segurança Técnica Geral.
 - (C) o RT deve dispor de 5 a 10% do quadro geral de profissionais de enfermagem para cobertura de situações relacionadas à rotatividade de pessoal e participação em comissões e grupos de trabalho.
 - (D) para berçário e unidade de internação em pediatria, caso não tenha acompanhante, a criança menor de 6 anos e o recém-nascido devem ser classificados com necessidades de cuidados intermediários.
 - (E) o quadro de profissionais de enfermagem da unidade de internação composto por 80% ou mais de pessoas com idade superior a 50 anos, deve ser acrescido de, no mínimo, 0,5 às horas de enfermagem, por cliente, na assistência intermediária e semi-intensiva.
-
53. Visando à segurança do paciente e dos profissionais, o enfermeiro responsável por realizar o processamento de produtos para a saúde, deve atender aos requisitos de boas práticas da ANVISA, que dispõe que
- (A) os produtos para saúde devem ser encaminhados para processamento na empresa contratada, antes de serem submetidos à pré-limpeza no serviço de saúde.
 - (B) os produtos para saúde utilizados na assistência ventilatória e inaloterapia, poderão ser submetidos à desinfecção por métodos de imersão química líquida com a utilização de saneantes a base de aldeídos.
 - (C) o serviço de saúde não é solidário por eventuais danos ao paciente causados pela empresa processadora contratada, no que se refere às atividades relacionadas ao processamento dos produtos para saúde.
 - (D) os registros devem ser arquivados, de forma a garantir a sua rastreabilidade, em conformidade com o estabelecido em legislação específica ou, na ausência desta, por um prazo mínimo de um ano e máximo de três anos, para efeitos de inspeção ambiental.
 - (E) os produtos para saúde classificados como não-críticos devem ser submetidos, no mínimo, ao processo de limpeza.
-
54. O registro das ações profissionais no prontuário do paciente é um importante meio de comunicação escrita com a equipe de enfermagem e a equipe multidisciplinar. Relativo ao processo de cuidar do enfermeiro, deve ser registrado no prontuário do paciente, dentre outros,
- (A) as ações ou intervenções realizadas pela equipe multiprofissional face aos diagnósticos médicos e de enfermagem identificados.
 - (B) os diagnósticos médicos acerca dos sinais e sintomas apresentados e o plano terapêutico proposto pela equipe médica responsável.
 - (C) um resumo dos dados coletados sobre a pessoa, família ou coletividade humana em um dado momento do processo saúde e doença.
 - (D) o prognóstico previsto como consequência das ações ou intervenções clínicas e cirúrgicas médicas realizadas.
 - (E) as informações imprescindíveis sobre o dimensionamento de recursos humanos e materiais, visando à produção de um resultado esperado.
-
55. O enfermeiro, no cuidado à pessoa com doença crônica, apoiado numa relação de diálogo, deve estimular e empregar a prática do autocuidado, que implica em
- I. fazer uma avaliação detalhada das suas necessidades e prioridades e de sua condição crônica, com participação ativa do indivíduo.
 - II. uma responsabilidade exclusiva do indivíduo e de sua família, que devem aprender a desenvolver atividades que competem somente a este raio de relação.
 - III. compreender as diferentes vulnerabilidades da pessoa, conhecer o modelo explicativo da sua condição e estabelecer um horizonte comum de cuidados entre todos os atores envolvidos no processo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



56. Ao considerar as estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica, cabe aos profissionais de saúde, especialmente no atendimento ao tabagista na Atenção Primária, saber que
- (A) a condição de fumante passivo de seus familiares não deve ser abordada a fim de não causar constrangimentos e recusa do tratamento.
- (B) após o desenvolvimento de doenças relacionadas ao cigarro, como doenças cardiovasculares, o benefício de parar de fumar não acontece.
- (C) mulheres fumantes têm risco relativo maior de desenvolver doenças cardiovasculares do que os homens.
- (D) o consumo do tabaco sem fumaça (moído e mascado) não é nocivo à saúde, pois as substâncias tóxicas e carcinogênicas são encontradas somente na fumaça do cigarro.
- (E) os fumantes apresentam menores níveis glicêmicos, pois o cigarro diminui a resistência à insulina.
-
57. No contexto do atendimento ao paciente na Atenção Básica em saúde mental, o trabalho de reatribuição de sintomas somáticos sem explicação médica significa
- (A) estimular a autonomia do paciente, atribuindo à família a capacidade de assumir a iniciativa e a responsabilidade por atos cometidos por ele durante o seu processo de reabilitação.
- (B) fazer uma anamnese ampliada e exame físico completo para desmistificar as crenças da pessoa e convencê-la de sua boa saúde.
- (C) fortalecer o processo psíquico, promovendo dependência ao indivíduo, ao favorecer o reconhecimento de suas fraquezas cognitivas comportamentais.
- (D) fazer a relação entre as queixas sintomáticas e o sofrimento psíquico, e atribuir o sintoma a um sofrimento que pode não ter sua origem no corpo físico.
- (E) definir ações normalizadoras e prescritivas a serem adotadas no ambiente familiar, a fim de manter uma postura de empatia e solidariedade com o paciente, e cumprir com a legislação vigente.
-
58. Sabe-se que o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos é mais frequente em pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA) do que na população geral. Entre os fatores de risco estão:
- (A) manifestações oportunistas que acometem o sistema nervoso central e limitações sociais e afetivas.
- (B) cronicidade da doença e dislipidemia.
- (C) gravidade da doença e priapismo.
- (D) manifestações oportunistas que acometem o sistema imunológico e halitose.
- (E) diplopia e efeitos indiretos do vírus.
-
59. As constatações da auditoria de enfermagem, com foco na qualidade da assistência prestada, são alcançadas por meio da
- (A) realização de testes psicotécnicos.
- (B) busca de evidências.
- (C) fiscalização da conduta ética da equipe de enfermagem.
- (D) avaliação psicológica por profissional capacitado.
- (E) contratação de novos profissionais.
-
60. As auditorias são os instrumentos de medida da qualidade do cuidado de enfermagem. As mais utilizadas em controle de qualidade originam-se no modelo de Donabedian e incluem auditorias de Resultados, de Processos e de Estrutura. As colunas abaixo estão descritas de acordo com o indicador avaliado e o tipo de auditoria correspondente.

Coluna 1: indicador avaliado	Coluna 2: tipo de auditoria
I. Taxa de queda de paciente.	() Auditoria de Processo
II. Tempo de espera no pronto-atendimento.	() Auditoria de Resultado
III. Técnica de passagem de sonda vesical, conforme protocolo de enfermagem instituído.	() Auditoria de Estrutura

A sequência numérica correta da **Coluna 2: tipo de auditoria**, correspondente a **Coluna 1: indicador avaliado**, é

- (A) III, II e I.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e I.
- (D) III, I e II.
- (E) I, III e II.